



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADA  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

**ENTRE RASCUNHOS, ANOTAÇÕES E ESCRITURAS:  
o arquivo privado pessoal de José Simeão Leal**

RENATA LOPES DE SANTANA

JOÃO PESSOA - PB

2014

RENATA LOPES DE SANTANA

**ENTRE RASCUNHOS, ANOTAÇÕES E ESCRITURAS:  
o arquivo privado pessoal de José Simeão Leal**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa Dra Francinete Fernandes de Sousa

JOÃO PESSOA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S232e Santana, Renata Lopes de  
Entre rascunhos, anotações e escrituras [manuscrito] : o  
arquivo privado pessoal de José Simeão Leal / Renata Lopes de  
Santana. - 2014.  
49 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa,  
Departamento de Arquivologia".

1. Arquivo pessoal. 2. Cultura popular. 3. José Simeão Leal.  
I. Título.

21. ed. CDD 027.1

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

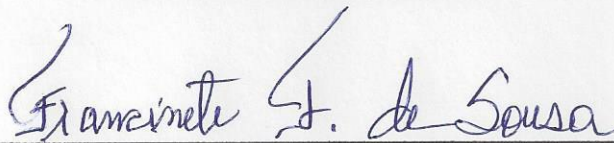
**RENATA LOPES DE SANTANA**

**ENTRE RASCUNHOS, ANOTAÇÕES E ESCRITURAS: o arquivo privado  
pessoal de José Simeão Leal**

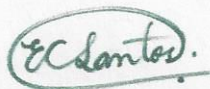
Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado  
em Arquivologia, da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
Bacharel em Arquivologia, no Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas.

Aprovada em 19/11/2014.

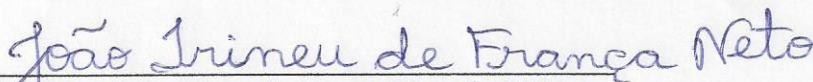
**BANCA EXAMINADORA.**



Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa /UEPB  
Orientadora



Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos / UEPB  
Examinadora



Prof. Dr. João Irineu de França Neto / UEPB  
Examinador

*Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. (Cora Coralina)*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por sempre estar presente em minha vida, me protegendo e guiando para o caminho do bem, de paz e amor. Graças a Deus cheguei até aqui, ele é quem, acima de tudo, esteve e está comigo nos momentos difíceis e de aprovação, é com sua misericórdia e amor que tenho vencido os percalços da vida.

Muito obrigada meu Deus!

Aos meus pais, Josefa Lopes de Sousa e Severino Ramos Mendonça de Santana, por sempre me ensinarem a fazer o certo, ser uma pessoa íntegra, verdadeira e de paz.

Agradeço especialmente a minha mãe pelo amor, dedicação e paciência no decorrer da minha trajetória de vida pessoal e profissional! Graças a sua alma de mulher batalhadora e guerreira, sei que posso contar com ela em todos os momentos, sendo meu eterno porto seguro. Mainha eu te amo muito!

Ao meu querido irmão Diego pela lealdade em sempre me ajudar com o afeto, amizade e amor! Diego você é muito especial!

Aos amigos de perto e de longe, que testemunham as minhas lutas e vitórias, quero vocês comigo em pensamento, no coração e na vida, por todos os caminhos que eu percorrer!

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Francinete Fernandes de Sousa, mais do que orientadora, uma educadora e mão amiga de todas as horas, a minha gratidão por sua disposição em me mostrar os caminhos dos conhecimentos e da ciência. Muito obrigada de todo coração!

Agradeço imensamente à Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Bernardina Freire do PPGCI (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por sempre estar disponível a falar do nosso “Simeão”, compartilhando o saber de forma tão generosa;

Agradeço à professora Ana Cristina Aguiar pela gentileza de elaborar o Abstract (resumo) do Trabalho de Conclusão (TCC).

Aos colegas da turma 2010.1, do turno diurno, pelo aprendizado, troca de saberes e principalmente pelas críticas e palavras de incentivo.

Minha gratidão ao corpo docente do curso de Arquivologia da UEPB, professores que sempre me apoiaram e incentivaram, serei grata eternamente!

*À Vó Gentila (in memorian) – a senhora sempre esteve presente na minha vida pessoal e acadêmica, mesmo debilitada se fez presente, a você dedico a minha conquista ao término deste trabalho.*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o caráter Etnoantropológico no Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal referente à cultura popular paraibana. A proposta da pesquisa surgiu a partir de verificarmos os diferentes exercícios de memória efetuados pelo intelectual José Simeão Leal, através de suas anotações de campo, manuscritos e testemunhos na observância da cultura popular, sobretudo as expressões culturais: cantigas de roda, congos, danças, religiões de matriz africanas, adivinhações, nau catarineta e brincadeiras. Assim, percebemos a necessidade de analisar os estudos etnoantropológicos como fonte de informação para a Arquivologia e, especialmente, para a memória cultural da Paraíba. O estudo fundamenta-se nas fontes que apresentam o contexto de surgimento dos arquivos privados pessoais e a função social da cultura popular como difusora dos saberes e fazeres dos atores sociais de uma comunidade, assim utiliza-se: Cunha (2004), Terry Cook (1998) e Stuart Hall (2002). Desse modo, usando uma metodologia da área da descrição documental (partindo do geral para o particular) que chamamos de multinível, da descrição de aproximadamente 4.030 (quatro mil e trinta) documentos que encontramos em quatro caixas arquivo, até mais especificamente os registros datilografados e desenhados pelo referido pesquisador sobre o ritual “Catimbó”, “Materiais para fazer o marido voltar para casa” o “Boi Tungão” e brincadeiras infantis como “Corneta para Crianças”. Conclui-se que o exame desse acervo permite constatar a intenção de José Simeão Leal, em querer manter viva a memória das tradições populares, por meio de sua convivência com o povo e suas expressões, enquanto interprete e apreciador da cultura popular paraibana.

**Palavras-chave:** Cultura popular, Arquivo Pessoal, José Simeão Leal, Memória.



## ABSTRACT

This research aimed to understand the Ethnoanthropological character in the Private Personal Archive of José Simeão Leal concerning the popular culture in the state of Paraíba. The proposal of the research aroused after observing the different memory exercises performed by intellectual José Simeão Leal, through his field notes, manuscripts and testimonies in the observance of popular culture, particularly, cultural expressions: cantigas de roda, congos, dances, African-derived religions, riddles, nau catarineta and jokes. Thus, we realize the need to analyze ethnoanthropological studies as a source of information for Archival Science and, especially, for the cultural memory of the state of Paraíba. The study was based on the sources which present the context of the emergence of private personal archives and the social function of popular culture as a broadcaster of knowledge and practices of social actors of a community, so we base on the studies by Cunha (2004), Terry Cook (1998) and Stuart Hall (2002). Thus using a methodology of the document description field (from general to particular) which we call multilevel, of the description of approximately 4,030 (four thousand and thirty) documents which were found in four file boxes, even more specifically the records typed and drawn by the researcher about the ritual "Catimbó", "Materials for making the husband to come back home," the "Tungão ox" and children's games such as "Corneta para Crianças". The evaluation of this collection allows us to confirm José Simeão Leal's intention to keep the memory of popular traditions alive, both through his interaction with the people and their expressions as an interpreter as well as a fonder of Paraíba's popular culture.

**Keywords:** Popular culture. Personal Archive. José Simeão Leal. Memory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. CULTURA POPULAR: ENTRE INFORMAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA .....</b>	<b>15</b>
<b>3. OS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>4. ANOTAÇÕES E RASCUNHOS: INFORMAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA NO ARQUIVO PRIVADO JOSÉ SIMEÃO LEAL .....</b>	<b>26</b>
<b>5. MEMÓRIAS E REGISTROS A PARTIR DO OLHAR DE JOSÉ SIMEÃO LEAL..</b>	<b>29</b>
<b>6. PRÁTICAS DE REGISTRO DE JOSÉ SIMEÃO LEAL E SUAS INCURSÕES NA CULTURA POPULAR NA PARAÍBA: delimitação e análise do universo pesquisado..</b>	<b>36</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo e, sobretudo, atualmente, a Arquivologia avança nos estudos e pesquisas referentes às múltiplas fontes de informação inseridas nos arquivos.

Deste modo, considerando informação como artefato criado num tempo, espaço e com forma específica, suas principais características são: a diversidade de suportes e seu contexto de produção. Desta forma, a informação é percebida como um dos elementos fundamentais para a construção do conhecimento, de igual modo, a informação como artefato, só é estabelecida quando há uma relação de significado.

Em vista disso, ao conhecermos os acervos que constituem os Arquivos Privados Pessoais compreendemos que sua formação é resultante de um emaranhado de significados, do conjunto de atos do seu produtor, já que os documentos são reunidos de acordo com o modo de vida do sujeito, de seu tempo e do vínculo pessoal com o mundo, como observa Freire (2009, p. 46), nas palavras “Os arquivos privados pessoais revelam-se, portanto, como a própria consistência do sujeito, o lugar onde guarda aquilo que lhe é de foro íntimo, tendo nele um sentido pessoal, próprio”. Diante do exposto, esta pesquisa parte da necessidade de analisar os registros feitos em diversos gêneros textuais da cultura popular paraibana do intelectual José Simeão Leal, tendo por objetivos específicos: discutir os estudos Etnoantropológicos como fonte de informação para a Arquivologia; descrever as práticas etnoantropológicas de José Simeão Leal referentes às manifestações religiosas; averiguar as séries documentais de José Simeão Leal referentes a cantigas, adágios e demais expressões culturais.

José Simeão Leal, no cerne de sua trajetória de vida, residiu por quarenta e sete anos na cidade do Rio de Janeiro, mas nunca deixou suas raízes paraibanas. Sendo assim, anualmente em seu período de férias, vinha realizar na Paraíba suas pesquisas, coletas de dados, e posteriormente desenvolver seus registros sobre as manifestações da cultura popular.

José Simeão Leal mostrava-se interessado na cultura popular, em seu processo de (re)qualificação dos valores das tradições das manifestações culturais, entre elas: cantigas de roda, congos, danças, religiões de matriz africanas, adivinhações, nau catarineta e vaquejadas.

Desse modo, o enfoque do estudo é compreender o caráter Etnoantropológico no Arquivo Privado Pessoal do referido intelectual sobre a cultura popular paraibana. Por conseguinte, podemos observar que os arquivos privados pessoais são importantes “lugares de memória”, pois são capazes de disseminar informações memorialísticas através do olhar do

outro, constituindo-se como fonte de informação imprescindível para a compreensão da cultura popular paraibana.

A ideia desse estudo surgiu no momento em que ingressei como bolsista no PIBIC, em agosto de 2012, como estudante do curso de Letras Português, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o projeto de pesquisa “Memórias culturais paraibanas: arqueologia das anotações de José Simeão Leal”, situado na linha de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. No decorrer dos estudos, em meados de julho de 2013, averiguamos no arquivo de José Simeão Leal documentos manuscritos e impressos sobre as mais diversificadas manifestações culturais paraibanas e que, por sua vez, apesar de ter passado anos e mais anos pesquisando, observando e anotando, não publicou nenhum registro dessas práticas culturais nordestinas.

Com base nestas observações, percebemos a relevância da pesquisa para o campo da Arquivologia, pois esta contribui para descortinar o emaranhado de detalhes e signos presentes nas práticas etnoantropológicas de José Simeão Leal, compreendendo-as enquanto fonte de informação e memória da cultura popular na Paraíba. Para os pesquisadores e arquivistas, portanto, para todos os profissionais da informação, essa pesquisa vem dar sua contribuição, visto que os registros e relatos informais de José Simeão Leal e suas incursões na memória cultural paraibana continuam sem nenhuma repercussão e até hoje não foram publicadas. Sendo assim, é nosso dever dar acesso à comunidade acadêmica tais estudos e, conseqüentemente, colaborar na produção do conhecimento arquivístico.

Diante do exposto, a pesquisa é importante para a sociedade, uma vez que percorrer o itinerário cultural de José Simeão Leal, através do seu olhar etnográfico, a população terá o conhecimento e entendimento que tais registros guardam a memória de um pesquisador da cultura popular paraibana. Além disso, esses registros armazenam as memórias individuais e coletivas de seus ancestrais. Em face dessa compreensão, delimitar os caminhos da produção cultural de José Simeão Leal referente a seus registros etnográficos paraibanos, é conceber tais manifestações enquanto fonte de informação e memória.

Assim sendo, essa pesquisa utiliza o objeto de estudo em sua totalidade quatro caixas arquivo, como fonte de informação, tomando as técnicas de observação, seleção, manipulação experimental e, por fim, de forma mais descritiva, a coleta de dados. Em virtude disso, os manuscritos do intelectual José Simeão Leal, sobre a cultura popular paraibana serão estudados em toda sua dimensão, como artefato memorialístico bem como a contextualização

social dos documentos armazenados pertencentes ao seu acervo, num total de aproximadamente 4030 (quatro mil e trinta) documentos.

Para realização da pesquisa, constituíram-se alguns critérios para seleção de fontes relacionadas aos Arquivos Privados Pessoais, no período entre abril e novembro de 2013, na base de dados do Portal Capes sendo eles teses, periódicos, dissertações, TCCs. Foram utilizados como descritores “Arquivo Pessoal” (787), “Arquivos Literários” (50), “Escrita de Si” (40), “Arquivo Privado Pessoal” (30), “Informação Memorialística” (27). Os critérios de inclusão foram: artigos, livros, TCC, dissertações, teses datadas e/ou publicadas após 2006, em português. Foram excluídas referências que não corresponderam com o tema proposto para a pesquisa e que foram de encontro aos critérios de inclusão. Portanto, o refinamento dessas fontes foi de 30, das quais 15 foram descartas por não conterem as informações acerca da temática deste trabalho.

Tendo por base o panorama acima discutido, ao pensarmos nessa pesquisa deparamo-nos com situações multifacetadas, haja vista que estamos trabalhando com um Arquivo Privado Pessoal. Assim, ao adentrar em tal universo arquivístico, percebemos que os documentos que compõem os Arquivos Privados Pessoais possuem uma unicidade e singularidade em sua natureza e organização, pois não são provenientes de ações administrativas ou jurídicas (como encontradas nos Arquivos Institucionais), já que estes têm características e funções específicas. Sendo assim, é válido compreender que a formação de tais arquivos, é resultante do conjunto de atos do seu produtor, já que os documentos são reunidos de acordo com o modo de vida do sujeito, de seu tempo e do vínculo pessoal com o mundo, segundo Freire (2009).

Consequentemente, os documentos pertinentes a esses arquivos representam as atividades sociais do seu produtor ou titular, como a vida familiar, civil, profissional, sua produção intelectual e artística, política, entre outros. Logo, a própria acumulação dos documentos pessoais é intencional, o titular guarda a memória que lhe é conveniente, que complementa sua vida e obra, conforme as observações de Freire (2009).

A partir dessas especificidades, a propósito deste trabalho, destacamos as anotações culturais de José Simeão Leal referentes à cultura popular paraibana, pois, uma vez que Simeão Leal lança seu olhar etnográfico, os documentos apresentam-se como produtos de suas coletas de dados. Com base nisso, a pesquisa parte da seguinte questão: como entender, a partir da Etnoantropologia, as perspectivas da cultura popular paraibana no Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal?

Com efeito, é através desse processo da pesquisa etnoantropológicas, (por meio de: levantamento bibliográfico, leitura de todo material e relacionando o nome das variadas manifestações e suas respectivas designações por região e, logo em seguida, partindo para o trabalho de campo, visitando os grupos culturais) que de acordo com Freire (2009) Simeão Leal escrevia seus relatos informais e nos apresenta seu lado indagador e investigativo das fontes de informação memorialísticas observadas nas manifestações culturais da Paraíba.

Para tanto, a situação estabelecida é a de que essa documentação acumulada por José Simeão Leal são artefatos informacionais que comprovam as suas perspectivas de observação das memórias sociais, ou seja, das vivências compartilhadas nas manifestações populares dos grupos culturais que ele visitou na Paraíba.

Portanto, o universo desta pesquisa será o Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal, tendo como fonte de pesquisa, seus escritos sobre as manifestações da cultura popular paraibana, sendo retirados para amostra: adágios, provérbios, adivinhações, manifestações religiosas e demais expressões culturais. Nessa linha de pensamento, temos como campo empírico o Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal, este encontra-se no Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIHR), localizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), órgão que está agregado à Reitoria da Universidade.

No concernente às matérias formais do TCC , consideramos que este encontra-se dividido em quatro capítulos: no primeiro capítulo “Cultura Popular: entre informação, cultura e memória”, contextualizamos o lugar da cultura popular na formação das comunidades, bem como seus fazeres e saberes nas múltiplas identidades histórico-simbólicas dos atores sociais que formam a sociedade. No segundo capítulo, “Os Arquivos Privados Pessoais” mostramos o processo histórico de formação dos arquivos de indivíduos, grupos e familiares até posteriormente seus documentos serem divididos de acordo com suas atividades e funções no campo público e privado. Após esta discussão, trilhamos, no terceiro capítulo, as “Anotações Etnoantropológicas: informação, cultura e memória no Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal”, analisamos os múltiplos artefatos informacionais referentes á produção cultural do referido autor, como colaboradores na construção identitária das memórias individuais e coletivas das classes sociais que compõe as comunidades. No quarto capítulo, “Práticas etnoantropológicas de José Simeão Leal e suas incursões na cultura popular na Paraíba” apresentamos o resultado da pesquisa na qual identificamos as manifestações da cultura popular sob o olhar de Simeão Leal, em seus manuscritos datilografados, bem como

realizamos um levantamento geral de todas as expressões por ele registradas quando estava na Paraíba de férias.

Por fim, temos as considerações finais, em que apresentamos as reflexões sobre o trabalho desenvolvido, deixando algumas inquietações e caminhos para pesquisas futuras.

## 2. CULTURA POPULAR: ENTRE INFORMAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA

Definir o que é cultura popular não é fácil, pois é uma manifestação com múltiplas faces em que se devem estudar as diferentes formas de cultura, assim como o faz a Antropologia Social. Tendo em vista que há diferentes concepções do que é cultura popular, termo bastante estudado pelas ciências humanas, por muito tempo o conceito de cultura popular foi aplicado de forma avulsa, apenas como resultado de algum tipo de saber culto/intelectual para dar suporte aos movimentos sociais dos dominantes de cunho econômico e religioso, para controlar a sociedade. Desta forma explica Santos (2006, p. 8):

Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a grande variação delas. Saber em que medida as culturas variam e quais as razões da variedade das culturas humanas são questões que provocam muita discussão.

O início de estudos sobre cultura popular, bem como o seu surgimento é a partir do século XVII, com o advento das relações sociais. Nesta época, os estudos sobre as mentalidades (feitiçaria e religiosidade), do inconsciente coletivo e das práticas simbólicas, foram de suma importância para o entendimento da cultura popular, pois a mesma surgiu de debates da sociedade que não concordava com a política de dominação, e nem com a atuação de poder religiosa. Por estas mesmas classes elitistas a cultura popular foi deixada de lado e sobrepujada pelos interesses dos reis, do Estado e do clero, é a partir dessas insatisfações do povo que a cultura se inseriu de forma colaborativa e indagadora dos saberes e conhecimentos. Como aconselha Santos (2006, p. 9):

A riqueza de formas das culturas e suas relações falam bem de perto a cada um de nós, já que convidam a que nos vejamos como seres sociais, nos fazem pensar na natureza dos todos sociais de que fazemos parte, nos fazem indagar sobre as razões da realidade social de que partilhamos e das forças que as mantêm e as transformam. Ao trazermos a discussão para tão perto de nós, a questão da cultura torna-se tanto mais concreta quanto adquire novos contornos. Saber se há uma realidade cultural comum à nossa sociedade torna-se uma questão importante. Do mesmo modo evidencia-se a necessidade de relacionar as manifestações e dimensões culturais com as diferentes classes e grupos que a constituem.

A expressão cultura popular é utilizada por muitos como algo antigo e ultrapassado, sendo designada como uma cultura folclórica do povo dominado, ou seja, é a cultura dos



perdedores. Mas tal reflexão é equivocada, pois os estudos culturais refletem o contexto sócio-histórico-econômico da sociedade, produzindo informações simbólicas e, através de pesquisas, obtemos informações a respeito de múltiplas identidades, das produções dos povos e refletimos sobre a realidade social e econômica de uma nação. Corroborando com a perspectiva de Santos (2006, p. 10):

A partir de uma origem biológica comum, os grupos humanos se expandiram progressivamente, ocupando praticamente a totalidade dos continentes do planeta. Nesse processo, o contato entre grupos humanos foi frequente, mas a intensidade desses contatos foi de forma a permitir muito isolamento, e muitas histórias paralelas marcaram o desenvolvimento dos grupos humanos. O aceleração desses contatos é recente, e os grupos isolados vão desaparecendo com a tendência à formação de uma civilização mundial.

Neste sentido, é relevante em relação ao contexto sócio-histórico da cultura popular compreender que tipos de valores que são atribuídos a esses estudos culturais, é o valor estabelecido pela sociedade, que dita como devemos agir e pensar diante dos eventos particulares do saber, ou os valores de uma nação multifacetada com pensamentos e vivências diversas, que prioriza a união do “fazer” e “saber” nas práticas e nos objetos populares. No entendimento de Santos (2006, p. 54):

É que, a partir de uma ideia de refinamento pessoal, cultura se transformou na descrição das formas de conhecimento dominantes nos Estados nacionais que se formavam na Europa a partir do fim da Idade Média. Esse aspecto das preocupações com a cultura nasce assim voltado para o conhecimento erudito ao qual só tinham acesso setores das classes dominantes desses países. Esse conhecimento erudito se contrapunha ao conhecimento possuído pela maior parte da população, um conhecimento que se supunha inferior, atrasado, superado, e que aos poucos passou também a ser entendido como uma forma de cultura, a cultura popular.

Dessa maneira, é importante estudar a cultura popular não somente pelo viés tradicionalista, pois corremos o risco de rotular todos os fragmentos culturais como superstições populares que nada têm relação com a identidade nacional, sendo apenas reproduções folclóricas de cunho religioso e comemorações festivas, na qual realizamos uma simplória identificação de “coisas populares”. Para tanto, o prejulgamento da cultura popular é na verdade uma forma de classificar as formas de pensamento, os modos de agir, as ações das populações consideradas pobres da sociedade, visando coletar as suas características e particularidades, principalmente as ligações políticas que possam ter.

Logo os fenômenos culturais-artísticos como, por exemplo, a Lapinha, a Nau Catarineta, o Congo, entre outros fragmentos sociais, são manifestações dinâmicas que expressão “o fazer e o saber cultural” de um grupo, resultando na produção do conhecimento e no processo mutável de tempo e espaço das concepções a respeito da cultura popular. Na compreensão de Santos (2006, p. 56):

Para ser pensada assim, a cultura popular tem de ser encarada não como uma criação das instituições dominantes, mas como um universo de saber em si mesmo constituído, uma realidade que não depende de formas externas, ainda que se opondo a elas. Pode-se a partir daí considerar como as religiões populares podem servir aos propósitos de defender os interesses das classes oprimidas, ou como festas populares podem ser momentos de manifestação da repulsa dos oprimidos contra os opressores.

Com base no que foi fundamentado, o essencial da cultura é, antes de tudo, compreender os comportamentos sociais de uma sociedade, observando as semelhanças e diferenças na história da cultura e das diversas formas de artes desenvolvidas em seu meio de convivência. Desta forma, devemos pesquisar o contexto sócio-histórico na qual está inserida a cultura como a manifestação das informações cotidianas, envolvendo comportamentos, filosofias, costumes e afirmativas dos mais variados grupos e clãs.

Estes artefatos informacionais possuem uma significação simbólica. Há uma relação lógica nos caminhos percorridos pela sociedade em suas atividades. Conforme explica Santos (2006, p. 59):

A produção cultural, toda a produção cultural, é o resultado dessa existência comum, é um produto dessa história coletiva, embora seus benefícios e seu controle se repartam desigualmente. Este sim é o cerne da questão da cultura em nossa sociedade. Desfaz-se assim a ideia frágil de que uma parcela tão fundamental da sociedade possa ser vista como uma realidade isolada no plano cultural.

Portanto, sobre a cultura popular é válido averiguar a diversidade de significados que a mesma produz na vida social humana, os lugares de memória que recebem modificações dos próprios membros de sua comunidade, por questões de organização hierárquica, de comportamentos, costumes e de natureza. Visto o que é cultura popular, ou melhor, como nosso trabalho vê a cultura popular, avançamos para os arquivos pessoais com a intenção de relacionar o trabalho de Simeão Leal ao universo da arquivologia.

### 3. OS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS

A formação dos Arquivos Privados Pessoais e de Família tem seu início em meados do século XII, com o surgimento da arquivística grega. Nessa época, com o processo de conhecimento dos arquivos e de suas funções, originou-se a divisão dos documentos, ou seja, os arquivos foram divididos de duas formas fundamentais segundo suas atividades: públicos e privados. Conforme apresenta Silva (1999, p. 66)

O desenvolvimento do direito romano deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituíam um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantia da propriedade dos cidadãos. Em Pompéia, no primeiro andar da casa do banqueiro *Cecilius Jucundus*, apareceu um grande cofre com a respectiva escrituração, feita em tabuinhas de cera.

Nesses arquivos os documentos são resultantes das atividades estabelecidas por seu produtor, podendo a documentação assumir caráter público (quando relata as informações pertencentes à União, com conteúdos judiciais, estaduais e municipais) ou caráter privado (referente aos atos emanados por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, podendo ser documentos empresariais, eclesiásticos, pessoais, de sindicatos, entre outros). Nessa perspectiva, é necessário um trecho da história da formação dos arquivos públicos e privados, ao dizer Gonçalves (1996, p. 6)

Será a partir do século XII, quando surgem os novos conceitos de “Estado”, “Família” e “Indivíduo”, que se começam a construir os arquivos senhoriais, paralelamente aos arquivos reais, já sem o conceito de “arquivo público”, mas sim com o de arquivo de indivíduos, de família a par dos arquivos eclesiásticos.

Desta forma podemos compreender que a formação e definição de um arquivo pessoal e de família, confundem-se com as de arquivos privados, pois, dependendo das razões de produção (administrativas, profissionais, sociais, histórico-afetiva, pessoais) do documento, o mesmo é um bem cultural patrimonial de domínio público ou privado. Segundo registra, Bellotto (2007, p. 207)

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado (...). São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou

intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Os arquivos pessoais e de família constituem uma fonte de informação relevante, estes adquirem o valor testemunhal e patrimonial, relativo às ações emanadas por seu produtor e sua relação com o mundo. O conjunto documental pessoal e familiar é organizado e selecionado segundo os critérios estabelecidos pelo próprio produtor, este de forma intencional passa a agrupar os documentos de acordo com os acontecimentos e necessidades que enaltecem sua trajetória de vida e de seus pares. Vale ressaltar que a acumulação de documentos pessoais, é válida para qualquer pessoa, não sendo apenas um privilégio para intelectuais do campo artístico e científico. Tal prática é lembrada por Artiercs, (1998, p. 11) que, em seu texto *Arquivar a própria vida*, assim esclarece:

Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento "arquivarás tua vida" - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Desta maneira, o procedimento de arquivamento pessoal e familiar, tem como objetivo principal a socialização dos itens documentais que representam o vínculo pessoal do seu produtor, guardando as memórias de seu tempo e espaço, misturando a vida íntima e pública. Para Schellenberg (1974, p. 244)

[...] a maioria das coleções naturais de papéis privados são grupos orgânicos no sentido em que foram criados por uma entidade, igreja, um negócio, uma instituição erudita ou coisa parecida, ou por pessoa ou família dedicada a uma determinada atividade. Uma grande coleção de papéis privados produzidos por um indivíduo tem, também, algumas características de um grupo de arquivos, pois o indivíduo que cria uma grande coleção deve executar muitas atividades para criar muitos papéis, e essas atividades, provavelmente, são a base pela qual seus papéis são agrupados e organizados durante a sua vida.

Os documentos pessoais e de família levam seu produtor ou titular a uma constante triagem na guarda de suas informações, por receio de leituras equivocadas ou pela publicação de conteúdos íntimos, envolvendo si próprio ou terceiros. Assim, tais documentos que

compõem os Arquivos Pessoais e de Família, obtém o sentido monumental/histórico, pois servem como fonte de pesquisa para a história e o desenvolvimento científico e, posteriormente, servindo para o âmbito de divulgação. Desse modo, segundo Bellotto (2006, p. 265) a caracterização de arquivo pessoal e de família é

[...] constituído por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa pessoa, constituem seu testemunho, como conjunto orgânico, podendo então ser aberto à pesquisa pública.

Dessa forma, os documentos pessoais deixam de ser completamente privados, passando de acordo com suas atividades e funções, a terem uma qualidade orgânica de documentos possuidores de interesse público e social. Vejamos o que diz Camargo (1998, p.6),

[...] a interpretação progressiva do público e do privado, dissolvendo sua relação originária, têm múltiplas facetas. Não só os interesses privados passaram a ter importância pública, o que pode ser observado pela crescente intervenção do Estado no setor privado – sobretudo no seu direito de dispor livremente da propriedade – como também houve transferência de competências públicas a entidades privadas. A esse fenômeno, que Habermas caracterizou como de socialização do Estado e de estatização da sociedade, corresponde o de “publicização do direito privado e privatização do direito público”.

Assim, no que se refere aos arquivos pessoais e de família, devemos compreender que a organicidade é o elemento que difere no acúmulo, na seleção e organização dos documentos, e também no entendimento de seu valor histórico e cultural.

Mais adiante, para complementar os estudos a respeito dos Arquivos Privados Pessoais (de Família, Grupos e de Indivíduos), outro teórico da ciência arquivística é Terry Cook, este por sua vez, questiona os princípios e conceitos tradicionais da Arquivologia, no campo dos Arquivos Institucionais e Arquivos Pessoais. Assim, Cook considera que a partir do século XX é necessário que haja uma atualização do fazer arquivístico, particularmente na avaliação e descrição dos documentos, visando sua inclusão em instituições de arquivos. Para tanto, Cook (1998, p. 130) com sua experiência nos mostra como os arquivistas dos Estados Unidos e da Austrália lidaram com os arquivos públicos e pessoais:

Entre esses dois tipos de arquivos, o público e o pessoal, o oficial e o individual, existe em muitos países uma divisão incômoda, ou mesmo uma tensão. Em grande parte da literatura arquivística dos Estados Unidos, por exemplo, há referências a duas partes distintas da profissão: a tradição dos manuscritos históricos versus a tradição dos arquivos públicos. Na Austrália, é revelador o título do periódico nacional dos arquivistas: *Archives and Manuscripts*, que ressalta a nítida dualidade que lá encontrei, com alguns arquivistas de arquivos públicos na verdade ignorando seus colegas que coletam manuscritos, não os considerando arquivistas, e sim profissionais mais próximos, em seu trabalho e em sua visão dos documentos, dos bibliotecários ou dos curadores de museus.

Sendo assim, muitos arquivistas não consideravam (ou não viam) a relevante necessidade de coletar e, posteriormente, fornecer o uso e acesso dos manuscritos individuais de família e grupos. Nessas conjunturas interpretativas, a Europa continua sem recolher os manuscritos pessoais, conforme assinala Cook (1998, p. 130):

Em boa parte da Europa e em muitas de suas antigas colônias, os arquivos nacionais, via de regra, não recolhem papéis pessoais de indivíduos particulares (exceto de políticos e burocratas) em bases iguais as dos documentos oficiais do governo nacional. Esse padrão se repete nos níveis dos governos e arquivos estaduais, provinciais, regionais e locais ou municipais. Quanto ao destino dos arquivos pessoais ou dos manuscritos privados, na maioria dos países são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializados. Assim é que os diversos domicílios institucionais dos arquivos públicos e pessoais reforçam suas diferenças, tanto quanto o fazem suas distintas origens e estruturas legislativas.

Desta forma, podemos aferir que entre estes tipos de arquivo (público e pessoal) ambos devem ter o mesmo papel ativo para os arquivistas e suas instituições representantes. Nessa abordagem, é interessante conhecermos que existem as semelhanças ou conformidades técnicas, entre os documentos institucionais públicos e privados. Para Cook (1998, p. 131) as particularidades são:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem,

armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa.

Ainda assim, apesar de todos os esforços do pesquisador Terry Cook em seu documento-proposta do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, é visível um certo engessamento nos conceitos e princípios arquivísticos (e conseqüentemente de alguns arquivistas e de muitos discípulos teóricos) quanto a forma de acumulação de documentos institucionais e oficiais em arquivos, como tece o estudioso:

O documento do Seminário afirma também que os arquivos públicos, ou institucionais, ou oficiais, são acumulações "naturais e necessárias", subprodutos orgânicos da atividade administrativa, enquanto os arquivos pessoais, conquanto possam ter tal qualidade, frequentemente são - de novo nas palavras do documento do Seminário - "produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem", um "(propósito) concebido que, na verdade, se destina à 'monumentalização' do próprio indivíduo ... ". (COOK, 1998, p. 131)

Diante disso, é latente a propagação da estrutura conceitual entre arquivos públicos e arquivos pessoais (principalmente em países que têm o inglês como primeira língua), de modo que, a diferença é que o primeiro é produzido com um objetivo "natural-orgânico" no decorrer das atividades administrativas nas instituições, já os documentos de indivíduos, grupos ou de família são gerados de acordo com a intenção de seu produtor e de acordo com o contexto sócio-histórico-cultural ao qual está inserido. Nesse contexto, no final do século XX, as diferenças entre estes tipos de arquivos (público e privado) também foram prolongando para o campo profissional no qual muitos arquivistas "institucionais" não concordavam com a natureza dos documentos pessoais, sendo estes vistos como artefatos para centros de documentação, bibliotecas e museus, na qual os profissionais "adequados" para trabalhar são os historiadores, bibliotecários, documentalistas e curadores.

Na verdade, os arquivistas que trabalham com arquivos pessoais são vistos como mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores do que do clássico encarregado de registros públicos jenkinsiano. Essa disparidade de perspectivas, verdadeira ou não, é largamente assumida como verdadeira pelos arquivistas do mundo inteiro, o que é um problema, pois essas diferenças percebidas levaram, na melhor das hipóteses, a uma divisão passiva e, na pior, a um acirrado debate entre arquivistas das duas tradições.

Ao longo do tempo, mais precisamente ao fim do século XIX e início do XX, houve mudanças na arquivística tradicional nas áreas da história e memória, bem como na prática laboral do arquivista, conforme expressa Cook (1998, p. 132-134):

Meu argumento é que a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade. [...] O trabalho é feito, agora, tanto horizontalmente quanto verticalmente nas organizações, e os documentos são, por consequência, criados e mantidos de formas diferentes.

Logo, outros estudiosos da ciência arquivística Pós-Moderna, passaram a ter uma visão mais atualizada (como por exemplo, os australianos Peter Scott e Chris Hurley) sobre os sistemas de arquivos, levando em consideração as múltiplas relações entre as administrações, os criadores e suas respectivas funções e contextos de criação de documentos. Com efeito, Cook (1998, p. 135) aponta:

[...] a uma descrição das múltiplas inter-relações entre numerosos criadores e várias séries de documentos, suas motivações funcionais e seus contextos mais amplos. Tais inter-relações não são relações fixas, de um-para-um, como nas abordagens arquivísticas tradicionais de arranjo e descrição; elas são, antes, relações de muitos-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos: são, por exemplo, relações entre várias séries e um criador, entre vários criadores e uma série, entre muitos criadores e muitas séries, entre criadores e outros criadores, entre séries e outras séries e entre séries e criadores para funções e vice-versa, entre funções correntes e suas predecessoras ou sucessoras, entre agências mais antigas e documentos de suas sucessoras – uma infinita riqueza de quase todo tipo concebível de inter-relacionamento contextual entre documentos, criadores e funções.

Tendo por base o panorama acima discutido, essas mudanças sobre o processo de criação de documentos nas instituições, são bem vindas, pois contribuiriam para uma revisão da arquivística tradicional, em seu arranjo e descrição documental, que deixam de serem atividades estáveis e de estrutura particular, tornando-se sistemas e inter-relacionamentos dinâmicos, mas complexos em suas interações funcionais de criação. Como refere Cook (1998, p. 136):

A nova estrutura analítica para a avaliação rejeita, assim, os princípios arquivísticos tradicionais de arranjo e descrição, que preconizam uma congruência exata entre a função criadora, a estrutura criadora e seu sistema de armazenamento de informações. Ao invés, a nova abordagem reconhece



que as funções agora são multi-institucionais e que dentro de cada instituição há numerosos sistemas de armazenamento de informações, com uso de vários meios.

Nessa perspectiva, os pós-modernistas fomentam uma discussão crítico-reflexiva sobre as inter-relações que existem na criação de documentos, estes que são provenientes de um emaranhado de signos e significantes (como sua cultura, história e memória), e que necessitam ser analisados além e fatos e verdades absolutas, os documentos possuem informações de conteúdo próprio, desde a sua criação até o seu registro. Assim, descreve de forma mais abrangente Cook (1998, p. 139-140):

O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma persona ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou persona, ou propósito – esse contexto por trás do texto - possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações.

Diante dessas características observamos os diferentes olhares e intenções sobre as memórias sociais contidas nos acervos de arquivos, seja pessoal ou público institucional, para estes as informações nos documentos compõe um conjunto de fragmentos coletivos e/ou individuais acerca do tempo, lugar, ações de poder social e demais atividades nas instituições de memória da sociedade. Conforme Cook (1998, p. 140):

Mais ainda, os pós-modernistas vêem explicitamente os arquivos como fragmentos de universos de documentos agora perdidos ou destruídos. Encaram os próprios documentos como espelhos distorcidos que alteram os fatos e realidades passados, mas, ironicamente, consideram que servem como "sinais... dentro de contextos já semioticamente construídos, contextos que são, eles mesmos, dependentes de instituições (no caso de registros oficiais) ou indivíduos (se forem relatos de testemunhas oculares)".

Ainda nessa perspectiva da preservação da memória social e da identidade histórica, através da evidência documentada nos Arquivos, sejam eles pessoais ou institucionais, Cook (1998, p. 143) é enfático ao dizer que:

Os arquivos são templos modernos-templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e

instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social.

Nessa linha de pensamento, essa discussão se justifica através do processo de desenvolvimento da memória social, da história e dos registros orais, e posteriormente dos escritos da sociedade, uma vez que se tornou necessária à salvaguarda dos artefatos informacionais (tanto público quanto pessoal) bem como a compreensão das ações dos criadores, suas atividades e funções, para fins de preservação e/ou pesquisa como herança documental para as futuras gerações.

"Recordar", para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público. Assim também deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos que são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal. (COOK, 1998, p. 144)

As posições dos autores foram postas e acreditamos que mais e mais o arquivista deve fugir do engessamento que ainda é tão presente em seus conceitos. O arquivo pessoal tem um papel significativo para a memória de uma região. No caso de nosso autor estudado isto fica evidente e sobre tal assunto tratamos no item a seguir.

#### **4. ANOTAÇÕES E RASCUNHOS: INFORMAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA NO ARQUIVO PRIVADO JOSÉ SIMEÃO LEAL**

José Simeão Leal, ao longo de seus 86 anos de idade, deixou como legado principal o desejo que seu acervo privado fosse doado ao Estado da Paraíba, após três meses sua vontade foi realizada por sua esposa Eloah Drummond. Realizou diversas atividades como agente de transformação cultural e social, entre elas a que mais se destacou foi a de pesquisador das manifestações culturais brasileiras.

Ao desempacotar as caixas que continham seu Arquivo Privado Pessoal observamos as particularidades da vida de José Simeão Leal, entre elas, a de pesquisador das manifestações culturais populares, sobretudo da Paraíba, onde encontramos registros pessoais a respeito da Nau Catarineta, Congos, Lapinhas, Adivinhações, Cantigas de Roda e manifestações religiosas. Assim, manteve por muitos anos um conjunto de anotações e manuscritos referentes às expressões culturais paraibanas, resultantes de seu olhar etnológico sobre as memórias coletivas e individuais dos membros das comunidades que visitava. Para tanto, estes registros servem como artefatos, que produzem informações sob aspectos da cultura, formando uma rede de significados. Conforme explica, Pacheco (1995, p. 21):

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização.

Corroborando com a perspectiva acima, Zeman (1970, p. 17) relata:

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela.)

Dessa forma, a documentação acumulada de forma fragmentária, compõe as memórias individuais e coletivas anotadas por José Simeão Leal no exercício de suas investigações etnoantropológicas, bem como colaboram com a afirmação e reafirmação de identidades de

diversos grupos sociais, e de suas respectivas regiões. Essa diversidade de identidades anotadas sob o olhar etnográfico do pesquisador é resultante da mistura dos corpos culturais em todas as esferas da identidade, como bem explica Hall (2002, p. 13):

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Diante do exposto, as informações geradas dos diversos grupos sociais, produzem em sua rede de identidades vários significados, de acordo com seus setores culturais, conforme relata Azevedo (2007, p. 6):

Assim, a informação aqui considerada é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada.

Com isso, vale ressaltar também a relação entre a memória e identidade, pois seus documentos são dos mais variados suportes que levam consigo toda a historicidade e reconhecimento das atividades individuais e coletivas da sociedade. Para tanto, a multiplicidade de memórias é comentada por Jeudy (1990, p. 19):

A questão fundamental continua sendo a dos atributos da memória. Todos sabiam que uma memória não se molda necessariamente a uma ordem cronológica, que ela pode ser irruptiva, projetiva, confusa, contraditória... As funções culturais das memórias ditas coletivas não correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos. [...] A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido à lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente.

Sendo assim, podemos aferir que a memória não é absoluta em seu processo de formação, pois esta possui atributos como a lembrança, por exemplo, que podem confundir a historicidade de um grupo social, o que não ocorre com as anotações etnográficas de José Simeão Leal, pois suas observações estão inseridas em um contexto de tempo e espaço.

Logo, podemos considerar tais registros como artefatos informacionais, pois implicam em práticas e ações de uma determinada sociedade, colaborando para a produção do conhecimento e revelação de uma rede de significados.

## 5. MEMÓRIAS E REGISTROS A PARTIR DO OLHAR DE JOSÉ SIMEÃO LEAL

No cerne de sua trajetória de vida, José Simeão Leal, paraibano da cidade de Areia, nasceu em 13 de novembro de 1908. Este ilustre areiense destaca-se pela verdadeira representação de verve singular, da identidade histórico cultural de nosso país. A despeito disso, tem sua formação acadêmica em Medicina (Universidade do Rio de Janeiro, 1936), mas a história, cultura e as artes sempre foram suas paixões. Sendo assim, atuou como jornalista, colecionador, médico, escultor, administrador cultural, crítico de arte (ABCA/AICA), secretário de Estado na Paraíba, membro fundador da Associação Brasileira de Crítico de Arte, diplomata e 1º editor público do Brasil.

Desta forma, tornou-se um dos principais baluartes da peleja pela preservação e difusão do patrimônio artístico cultural brasileiro, que revelava talentos literários e conquistava amizades como: Flávio de Aquino, Clarice Lispector, Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Sérgio Milliet, entre tantos outros intelectuais. José Simeão Leal é portador de um brilhante currículo, recheado de realizações, a de maior relevância foi como diretor do Serviço de Documentação do MEC (Ministério da Educação), período (quase 19 anos) de grande produção, circulação e divulgação do pesquisador este que, por sua vez, mostrava-se interessado na cultura popular, na (re)qualificação dos valores das manifestações culturais (cantigas de roda, congos, danças, religiões de matriz africanas, adivinhações, nau catarineta, vaquejadas) realizando diários de campo, coleta de dados e observações informais de suas viagens em nossas cinco regiões brasileiras.

Neste sentido, o homem das mil faces contribui como fonte rica de informação, pois por toda sua vida, carregada com sua inteligência, simplicidade e permanente disposição proporcionou o conhecimento, a sociabilidade e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. É válido ressaltar que, mesmo vivendo um bom tempo no Rio de Janeiro, Simeão nunca deixou de apreciar sua terra natal, inclusive seu maior sonho era que a Paraíba tivesse uma biblioteca igual ou melhor que a sua, como prova dessa nostalgia por seu povo, da saudade da sua terra tão amada, dos parentes e amigos. Após sua morte em 02 de julho de 1996, em respeito ao seu desejo e pedido, para sua esposa, a viúva D. Eloah Drummond, o acervo de José Simeão Leal foi transferido para a Paraíba.

O acervo de José Simeão Leal é composto por 2007 cartas, 5400 livros, 532 quadros, 7 gravatas, 3 cachimbos, 3 relógios. O acervo tem como curadora a Profª Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (do Departamento de Ciências Da Informação/UFPB), este encontra-se no Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIHR),

localizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sendo a arquivista Laudereida Eliane Marques Morais, responsável pelo acervo.

Para finalidade deste trabalho destacam-se as anotações etnoantropológicas contidas nas séries documentais de José Simeão Leal referentes à cultura popular paraibana, no que diz respeito a sua observação e compreensão das expressões populares culturais. Logo observamos, que tais atividades como pesquisador e divulgador da cultura brasileira como um todo, José Simeão Leal inscreve seu legado como fazedor de cultura, por meio das “práticas de si” de guarda e salvaguarda de seus escritos, manuscritos, anotações de campo e artefatos informacionais sobre a cultura popular. Sobre a essência social da produção de legados, Heymann (2005, p. 2) reitera:

Refiro-me ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e resignificado.

Para o autor Paulo Roberto as pesquisas científicas (sejam elas de campo ou em laboratório) oriundas em arquivos devem ser investigadas desde a sua metodologia teórica até as suas ordens práticas. Para isso, no cenário da formação e pesquisa em arquivística, muitos historiadores, antropólogos, sociólogos (e até mesmo os próprios arquivistas), questionam a natureza dos processos sociais e cognitivos pertinentes às práticas científicas, e conseqüentemente o contexto de produção de pesquisas empíricas. Para Santos (2010, p. 44):

No mesmo momento em que os arquivistas se confrontam com os materiais documentais produzidos pela ciência moderna, sociólogos, antropólogos e historiadores da ciência evidenciam, há mais de três décadas, a necessidade de penetrar no coração do laboratório para entender as atividades ali desenvolvidas e delimitar, assim, a forma como a ciência se elabora, bem como compreender sua natureza e suas práticas.

Nessa tarefa, para dar conta destas e de outras perguntas, a Sociologia da Ciência, de acordo com Santos (2010, p. 44), “serve como referencial para a compreensão da atividade científica e, em certa medida, de alguns elementos centrais que irão se expressar nos acervos por ela produzidos”. Logo, em relação à natureza das práticas científicas, bem como das

tradições de campo, podemos compreender a dimensão e complexidade do pleno sentido e função arquivística num sistema social, de uma maneira simplificada, a ciência é vista como uma instituição social, na qual possui um *ethos* específico resultante de múltiplos contextos sócio-culturais e econômicos. A partir de então, as práticas da ciência em ação, de laboratório e de campo, são empreendidas pelo interesse em estudos históricos e antropológicos de forma dinâmica, incluindo a análise e interpretação de fatores externos, como os atores da comunidade, de grupos ou classes da sociedade. Sobre tais práticas, nos confirma Pestre (Apud SANTOS, 2010, p. 51):

A questão não é mais como as proposições dos cientistas tornam-se epistemologicamente verdadeiras, nem precisar como sua legitimidade é negociada na comunidade especialista, mas sim descrever como os enunciados, através dos objetos e das práticas, impõem-se na competição pela sobrevivência (social e cognitiva). Como a ciência constitui um dispositivo que produz e inventa uma ordem, e não um dispositivo que “desvela” a ordem escondida da natureza, é equivocado “descontextualizar” seus enunciados (PESTRE, 1996, p. 13).

Surgem daí, uma nova (re)construção e (re)definição dos estudos de laboratório e de que campo, em que ambos passam a interpretar os saberes sociais das ciências naturais e humanas, de modo que o saber-fazer dos cientistas (teóricos, práticos ou experimentais), buscam compreender a interação entre os campos de interdisciplinaridade promovidos pela ciência e sociedade. É isso que revela o pesquisador, Santos (2010, p. 54-55):

Antes de tudo são indivíduos que, apesar da direção das correntes e do emaranhado institucional e político que os envolve, continuam pautando-se na construção de uma carreira estruturada segundo os padrões ditados no meio profissional e que, em geral, dá seus primeiros passos num ambiente de laboratório, mas que a ele não se restringe. Estamos, portanto, buscando compreender a natureza social da ciência ou as relações entre as ciências e a sociedade.

Dentro do universo de estudo que estão sendo levado a cabo, o patrimônio arquivístico deve ser ampliado para além do materialismo físico e de seu valor histórico, para o mesmo o arquivo com um todo é “um lugar de memória, de sentido testemunhal e de transmissão cultural”. Dessa forma, a representação das manifestações populares e sociais possibilita uma visão social do patrimônio cultural, bem como em sua definição e função. Essa abrangência permite que tenhamos um olhar mais apurado para as expressões diversificadas da cultura, como por exemplo, à dimensão social na produção de identidades, assim o valor



informativa dos documentos se sobressaem, pois são constituídos por uma rede de diálogos (por indivíduos ou grupos) e significados que interagem entre si. Esta dimensão social é estudada pelos antropólogos, de forma interacionista, conforme Medeiros (2011, p. 38):

Do ponto de vista antropológico, poderíamos pensar o patrimônio arquivístico como uma ponte que ajuda o antropólogo a entender as dimensões textuais e simbólicas existentes nos arquivos, e o seu significado como lugar de encontro e de dominação, muitas vezes, entre culturas, entre saberes, entre, de um lado, artefatos documentais e arcabouços institucionais, e de outro, o próprio antropólogo.

Nesse aspecto o olhar da antropologia para o patrimônio arquivístico permeia as relações de pertencimento, de vínculos e indícios que os grupos sociais produzem no passado e como refletem na atualidade, através da interpretação das memórias individuais e coletivas. De acordo com Medeiros (2011, p. 39):

Temos então que o objeto, o patrimônio arquivístico que responde, é o mesmo que também pergunta. Num cotidiano exercício os indivíduos estariam sempre registrando, impregnando em papéis ou imagens ou em sons sua representação. E mesmo quando não o fazem, os processos de alteridade fazem o outro o fazê-lo. É nessa inquietação que paira o objeto precípua da antropologia. O patrimônio arquivístico sob um olhar antropológico revela-se além da caracterização de fonte, porque seu lugar na injunção social transforma-o num objeto onde o olhar do antropólogo deve-se ater não somente às informações que os arquivos possuem, mas a sua “dinâmica social, considerando a circularidade e a alma nas coisas” junto às formas sociais que as engendram e dinamizam (SILVEIRA, LIMA FILHO, 2005, p. 37).

Em tal discurso, percebe-se também uma atualização da relação entre história e memória, no que diz respeito às fontes informacionais numa perspectiva antropológica em que os vestígios, relíquias e testemunhos colaboram para o objeto sociológico os quais constituem os arquivos. Contudo, é preciso entender que a dinâmica social que possuem os documentos, contêm interesses políticos, históricos e até mesmo culturais que refletem de forma intencional as memórias das classes sociais, revelando uma concorrência de memórias, ou seja, a memória é resultado de uma construção social, composta de subjetivismo e seus desdobramentos exercidos pela interação entre os objetos, os elementos culturais e sociedade. Ao mesmo tempo, o patrimônio arquivístico (em todas as suas modalidades) muitas vezes não abarca os múltiplos contextos de representatividade cultural, assim os antropólogos enveredam neste campo para estudar as informações memorialísticas compartilhadas nos

relatos informais, nas anotações de campo e manuscritos contidos nos arquivos. A respeito da especialidade de inclusão das memórias coletivas dos povos e classes sociais pelos antropólogos, ainda para Medeiros (2011, p. 44):

De uma forma e outra, a problemática e o desafio que leva os antropólogos a enveredar pelo estudo do patrimônio é a interrogação. A indagação de procurar respostas para entender como uma política patrimonial beneficia um grupo. Diante da infinidade de detalhes, do alargamento metodológico e epistemológico do conceito de patrimônio, no qual se entrelaçam debates sobre o próprio conceito de cultura, o olhar antropológico ainda deve recair diante de um campo preocupado em dar simetria entre ciência e administração, entre o subjetivo e o objetivo, entre o popular e o erudito e acima disso ainda o igual e o desigual numa nação singularmente heterogênea.

Para essa mesma abordagem do sentido patrimonial e testemunhal dos arquivos, de documentar o presente-passado-presente, Medeiros (2011, p. 44) confirma:

O ponto nevrálgico é: o arquivo, enquanto conjunto documental resultado das atividades de uma entidade pública ou privada, avaliado, identificado, selecionado e tombado como patrimônio histórico, expressão da cultura de uma nação, é o patrimônio enquanto arquivo. Um espelho do outro, construído pela alteridade e pelas fronteiras do poder.

Tal olhar teórico, sobre o qual discorreremos nas linhas acima, contribui para esse contexto de documentar o passado no qual os diferentes exercícios de memória são efetivados nas pesquisas de campo realizadas por historiadores, antropólogos, etnólogos e demais profissionais que se interessam pelos artefatos informacionais que traduzem as transformações sociais, culturais e étnicas. Como nos confirma, Cunha (2004, p. 291):

A observação, descrição e interpretação dessas *instâncias* — vozes, verdades, lógicas de classificação, usos, formas de veiculação de conteúdo e valor dos artefatos que os arquivos e as coleções abrigam — puderam então ser concebidas como uma etnografia: uma modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais, mais especificamente as coleções e os arquivos pessoais cujos titulares foram ou são praticantes da disciplina, como *campo* de interesse para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina.

Em tal processo em que o objeto de reflexão são as formas de testemunhar e registrar as conjunturas simbólicas e sociais, os acervos arquivísticos de cunho pessoal, produzem conhecimentos e saberes no campo etnográfico, sinalizando, portanto uma singular diferença,

subjetividade e alteridade das vozes do passado e, de outra forma, como estas implicam nas relações interpessoais da atualidade. Podemos evidenciar, assim, conexões com as concepções de produção cultural por meio da coleta e produção de histórias de vida, realizadas na observação, reflexão e registro das marcas comunicativas e históricas de um de campo de saber. De um ponto de vista particular, Cunha (2004, p. 293) reflete que:

no entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um *campo* etnográfico. Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.

Por esse viés, os textos etnográficos constituem transformações sucessivas nas modalidades de uso e leitura, nas relações de poder, nos discursos de enunciação e enunciado, promovendo as intenções dos sujeitos sociais que normalmente pesquisam as práticas comunicativas da vida cotidiana dos grupos, indivíduos e de suas identidades. Tais esforços resultam em arquivos contendo diários de campo, manuscritos, notas, rascunhos, recortes de jornais, observações, catálogos, inventários e demais artefatos produzidos pelo olhar do interpretante, mesclando interesses pessoais e profissionais do autor-personagem (entendido como pesquisadores, atores sociais e grupos das comunidades), como bem descreve Cunha (2004, p. 296):

Assim como outros arquivos científicos, aqueles que reúnem documentos escritos, visuais e iconográficos recolhidos, produzidos e/ou colecionados por antropólogos durante a sua trajetória profissional e pessoal caracterizam-se pela sua estrutura fragmentária, diversificada e, paradoxalmente, extremamente subjetiva. Os arquivos etnográficos e seu duplo, os *arquivos pessoais*, são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção* resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual.

Desta forma, é válido ressaltarmos as múltiplas conjunturas interacionistas ao qual estão inseridos os artefatos informações gerados das “práticas de si” de seu produtor, que mediante a observação e atuação social deste, inferindo as subjetividades e alteridades

pertinentes aos atores sociais contribuem para a preservação e difusão da memória social. Este é o caso da obra de José Simeão Leal a qual veremos a seguir.

## **6. PRÁTICAS DE REGISTRO DE JOSÉ SIMEÃO LEAL E SUAS INCURSÕES NA CULTURA POPULAR NA PARAÍBA: delimitação e análise do universo pesquisado**

Este estudo classifica-se como pesquisa empírica também conhecida como pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2008, p.188) “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, [...]”. Assim, essa pesquisa utiliza o objeto de estudo em sua totalidade, como fonte de informação, tomando as técnicas de observação, seleção, manipulação experimental e por fim, de forma mais descritiva, a coleta de dados. Em virtude disso, os manuscritos do intelectual José Simeão Leal, sobre a cultura popular paraibana serão estudados em toda sua dimensão, como artefato memorialístico bem como a contextualização social de cada documento.

Com base nestas observações, a pesquisa optou pela abordagem qualitativa do tipo documental. Para tanto, a pesquisa qualitativa, conforme Bauer (2007, p. 22), “evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa *soft*.” Para Richardson (1999, p. 83) “[...] os problemas que suscitam análise qualitativa exigem do pesquisador trato especial na condução das observações e habilidades quanto ao uso ou criação das categorias, [...]”. Enquanto, “O objetivo da pesquisa documental é recolher analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou idéia. [...]” (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 91). Ainda neste percurso, a pesquisa bibliográfica “É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. [...]” (KOCHE, 1997, p. 122).

A constituição desta pesquisa pode ser denominada de fontes primárias. Podendo ser recolhidas antes ou depois do fenômeno. Segundo, Marconi e Lakatos (2009, p. 49) ainda completam que essas fontes primárias podem ser configuradas em três variáveis “[...] fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas [...]”. A coleta de dados será realizada no Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal, sendo o enfoque seus manuscritos sobre a cultura popular paraibana. A utilização deste instrumento de pesquisa possibilitou o reconhecimento da organicidade já realizada neste acervo.

A particularidade etnográfica de José Simeão Leal nos conduziu para o objeto de estudo que é seu conjunto documental referente às suas anotações culturais populares. Tais observações realizadas pelo referido pesquisador, eram efetuadas em seu período de férias em que partia do Rio de Janeiro em direção à Paraíba. Dessa maneira, circulava por algumas

idades entre elas: Areia, João Pessoa, Guarabira e Alhandra. Com seu olhar plural, de registrar tudo o que via e ouvia, assim Simeão Leal escrevia a próprio punho e de lápis grafite (e em raras exceções datilografava), o que faz a leitura e compreensão de seus manuscritos de difícil entendimento do interpretante.

Por via de regra, Simeão não se preocupava em qual suporte iria escrever suas incursões nas expressões culturais, e nem numa estrutura ordenada e fixa, anotava de forma que lhe convinha, utilizava cartas, cadernos, pedaços de papel, guardanapo e toda sorte de suportes que serviam para descrever a natureza do seu trabalho etnográfico. Para isso, também é válido informar que em alguns momentos Simeão Leal, registra em suas anotações, o espaço geográfico na qual encontrava as manifestações culturais paraibanas, como foi no caso do Bumba Meu Boi em que ele escreve “Versão João Pessoa” e “Catimbó João Pessoa”. Além disso, Simeão também registrava as manifestações culturais, em forma de desenho, descrevendo os objetos para realização de tal expressão popular bem como a disposição dos mesmos, por fim também elaborou um vocabulário específico a exemplo do “Vocabulário das macumbas de João Pessoa”. Por conseguinte, delimitamos nosso olhar para os manuscritos culturais de Simeão Leal a respeito da Paraíba e são estes os que foram aqui descritos e analisados.

Com esse trabalho, José Simeão Leal transitou por entre várias expressões da cultura popular, categorizadas da seguinte maneira:

Temas abordados nos documentos de José Simeão Leal	
Brincadeiras Populares Infantis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Onça com o Cachorro;</li> <li>• Anastácio;</li> <li>• Baralho;</li> <li>• Burro;</li> <li>• Cacófatos</li> <li>• Charadas;</li> <li>• Dobraduras;</li> <li>• Forca;</li> <li>• Fedorento;</li> <li>• Firo;</li> <li>• Jogos;</li> <li>• Mágicas;</li> <li>• Suéca;</li> <li>• Tabuleiro;</li> <li>• Ponga;</li> </ul>
Cultura Negra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Religião de Matriz Africana (Jurema e Catimbó);</li> <li>• Práticas de Feitiçaria;</li> <li>• Outras Religiões.</li> </ul>

Etnográfico-Folclórico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adágios, provérbios e frases;</li> <li>• Adivinhações;</li> <li>• Cantigas Populares;</li> <li>• De Ninar;</li> <li>• Imorais (temas pornográficos);</li> <li>• De Cego;</li> <li>• Dança Folclórica</li> <li>• Dicionário de Termos Populares;</li> <li>• Lendas;</li> <li>• Orações e Simpatias;</li> <li>• Parlendas Infantis;</li> <li>• Superstição;</li> <li>• Nipobrasileiras;</li> <li>• Histórias de Trancoso;</li> <li>• Receitas (Culinária Popular);</li> <li>• Medicina Popular;</li> <li>• Pelejas;</li> <li>• Técnicas de Navegação.</li> </ul>
------------------------	---

Este *corpus* geral compõe o acervo de pesquisas de José Simeão Leal, um quantitativo de aproximadamente 4.030 (quatro mil e trinta) documentos organizados, baseados na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), seguimos com a organização dos documentos utilizando um quadro de arranjo estabelecido e subdividindo-os por subsérie, mais adiante dessa etapa, identificamos cada dossiê que partiu do geral para o particular, considerando as estruturas descritivas de documentos arquivísticos.

### Levantamento e organização dos documentos pessoais de José Simeão Leal

<b>Identificação: Acervo José Simeão Leal (AJSL)</b>	
<b>Série/Dossiê:</b>	<b>Pesquisa sobre cultura popular:</b>
Sub. Série A	Adágios, Provérbios e Frases feitas (gírias). Sem data limite.
Sub. Série B	Adivinhações. Sem data limite.
Sub. Série C	Autos e textos sobre o Natal. Sem data limite definida. Alguns documentos contém informações dos anos de 1950 e 1952. Exemplo: Auto do Natal á moda Alentejana (Natal de 1952)
Sub. Série D	Boi Tungão (versão J. Pessoa); Documentos sobre o Bumba meu Boi (versão João Pessoa).
Sub. Séries D-M	Dicionário de termos populares (gírias); Fados, receitas, modinhas e Marujadas (Marujada de Iguape – 1950); Lendas; Artigos sobre Medicina Popular; Remédios Caseiros; Resenhas.
Os próximos documentos estão fora das Subséries (A,B,C e D)	Simpatias sobre o São João. Sem data limite; Brincadeira de Salão (Disparate); Cornetas para Crianças. Sem data limite. Brincadeira Bruta. Sem data limite.

	<p>Versões e canções de historias de “Trancôso”;  Academia ou amarelinha;  Cacófaton. Sem data limite;  Brincadeiras Infantis: Para se enganar os tolos. Sem data limite;  Jogo de Tabuleiro: Ponga, A onça com cachorro, Firo;  Brincadeira de Forca. Sem data limite;  Jogo do Baralho (Seu Anastácio, Suéca, Burro, Fedorento). Sem data limite.  Mágicas. Sem data limite.  Dobraduras: brincadeira de crianças (para se fazer uma canôa de papel);  Danças Antigas do Interior;  Dança, folheto de literatura folclórica espanhola que retrata APUNTES sobre danças macabras (apontamentos sobre danças macabras) 24 de dezembro de 1949;  Danças Indígenas (rituais?). Sem data limite.  Índios Tupi Papo-Amarelo;  Danças Dramáticas(Siriri e Aruenda);  Candomblé (catimbó) em João Pessoa;  Cantigas;  Cantigas de Ninar;  Canções contendo;  Cantigas de Cego;  Cantos e versões imorais (Estado da Paraíba);  Cirandas;  Brincadeiras Infantis.</p>
Sub. Séries O-P	<p>Orações e Simpatias  <b>Exemplos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando vez-se uma criança bonita diz-se logo: Benza-te Deus;</li> <li>• São Bartolomeu meu santo maior guardai esta casa toda ao redor;</li> <li>• Oração de S. Marco: São Marco da Pedra Petra amansador de natureza braba e mançai a natureza de f. com todos os diabos sangue te bebo coração te parto as cordas do teu coração eu carego sois cordeiro solto sois Leão e de vinho um caliz de domnus. Aleluia Amem;</li> </ul> <p>Catimbó:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para cortar este grande mal. Joga-se todas as sexta-feiras um punhado de sal na frente da casa e outro punhado de sal no telhado, dizendo: Enquanto existir este sal, aqui não entrará mal;  Para se fazer amada eternamente por qualquer rapaz;</li> <li>• Quando a mulher está de menstro, pega o pano sujo e cõa o café da pessoa que deseja atraí-lo, dando depois uma chicara dêsse café a tal pessoa, nunca mais o homem deixará de amá-la, suportando tudo o que ela fizer;</li> </ul> <p>Encontrei na caixa os seguintes documentos sobre: Pelejas; Pastoril (pastoris); Parlendas Infantis; Partituras; Plaquetes; Livro: Poesia Popular Brasileira do autor Celso Cunha Magalhães (1873 em Recife) e por último manuscritos de poesia popular.</p>
Sub. Série R-T	<p>Manuscritos;  Fichas de Pesquisa;  Manuscritos sobre religiosidade e Técnicas de Navegação.</p>





L

Para fazer um marido voltar para casa e abandonar a aviação

10 metros de este	181.000
2 metros de outros materiais	6.000
1 caixa de Lianha	38.000
20,0 de Tumbaca	49.300
1 pacote de fumo de pipa	24.500
5 pastilhas de incenso de Ludic	6.000
1 de fumo de pipa completo	8.300
1 caixa de fumo de pipa de Ludic	18.500
1 caixa de Ludic	22.000
	367.600

Ilustração 02: Materiais para fazer o marido voltar para casa. – Acervo de JSL

Por outro lado, devemos registrar outras manifestações populares como o Boi Tungão em que ele faz questão de registrar a localidade geográfica da versão coletada, neste caso no município de “Guarabira no Estado da Paraíba”, assim sendo:

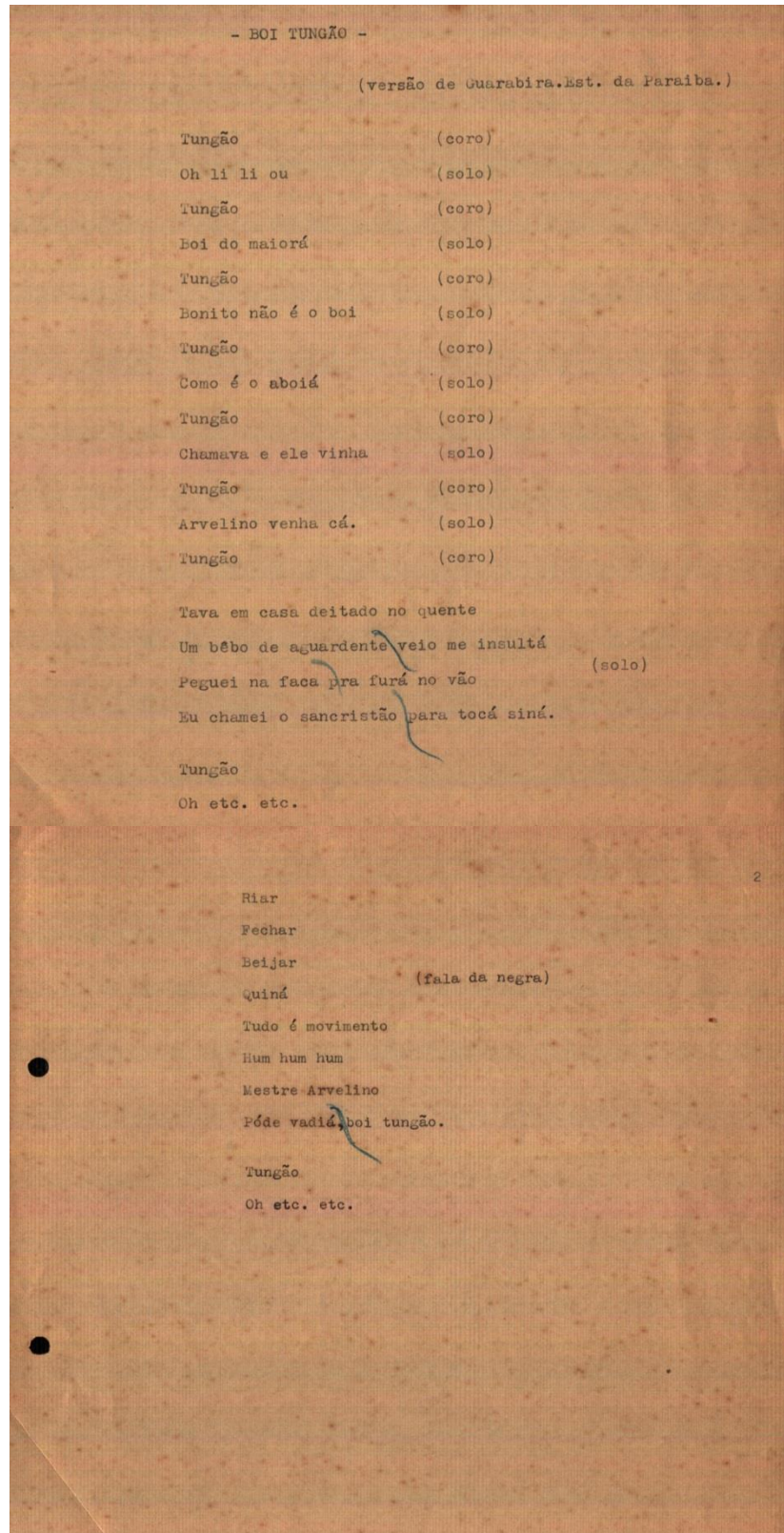


Ilustração 03: Registros do Boi Tungão – Acervo de JSL

Aliada à descrição acima, a partitura da canção que deverá acompanhar o ritual popular, como mostra a ilustração 04:

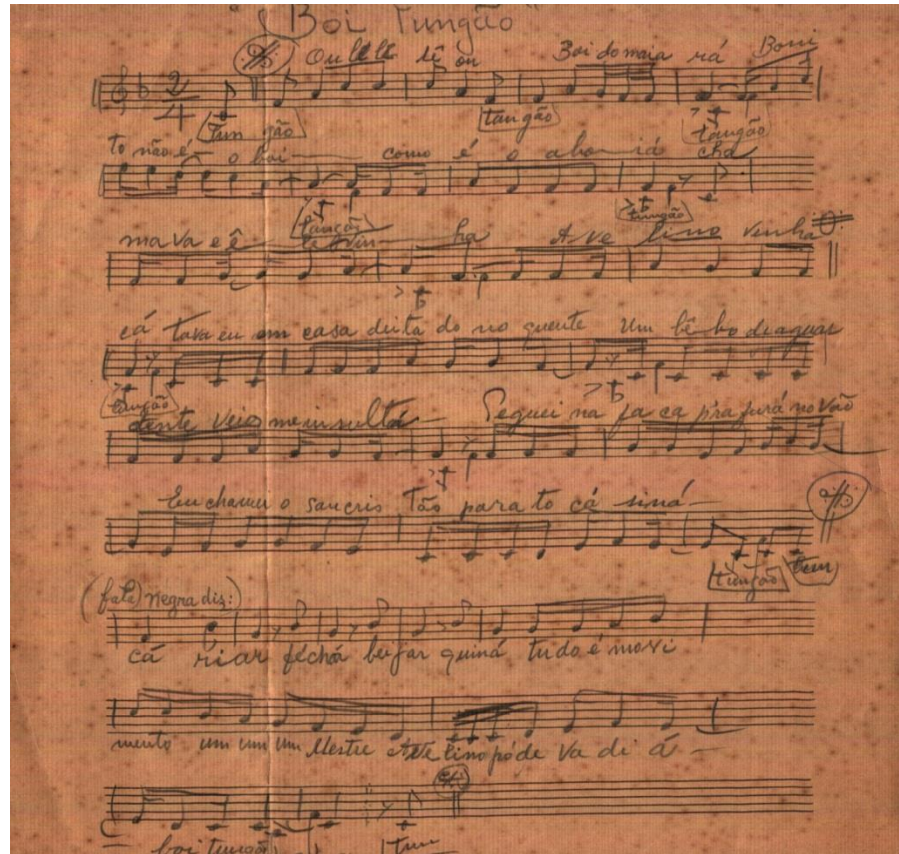


Ilustração 04: Partitura com a canção do Boi Tungão – Acervo de JSL

No item a seguir temos a versão da manifestação popular cultural Bumba meu Boi de João Pessoa, observemos a ilustração 05:

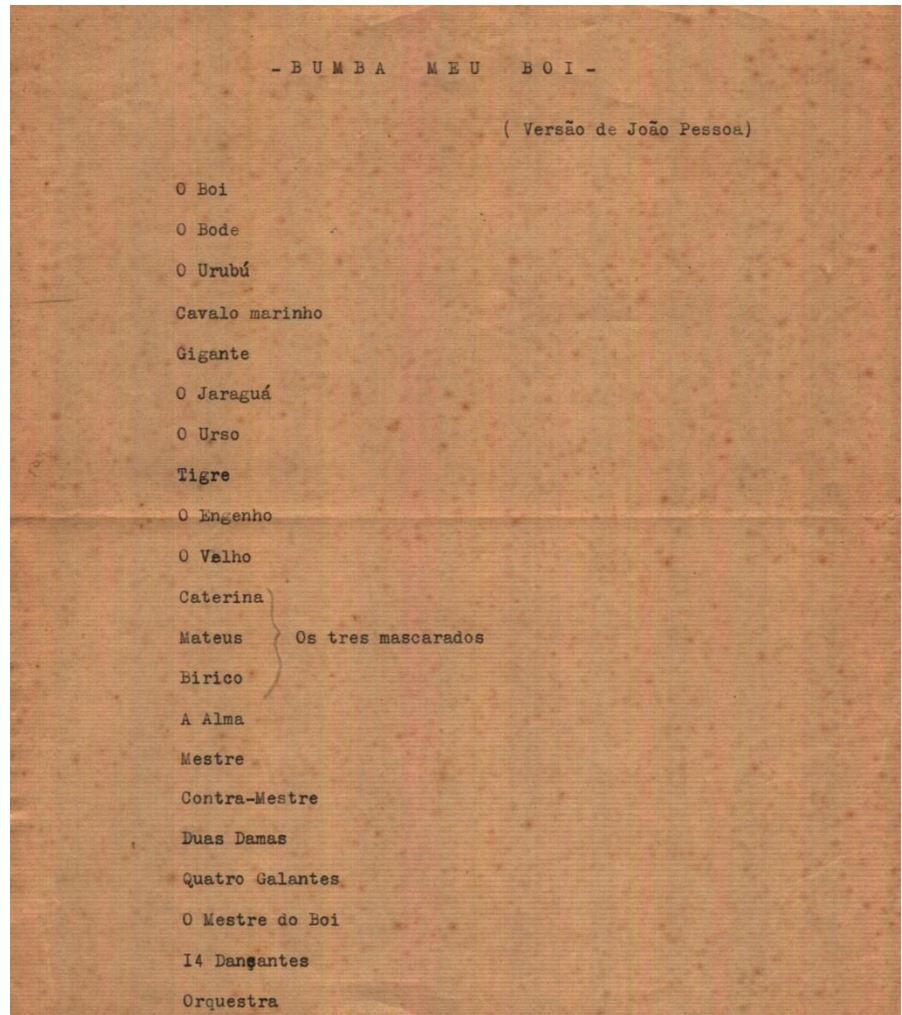


Ilustração 05: Boi Tungão versão João Pessoa/PB. – Acervo de JSL

Na ilustração 06, temos o registro de três formas de fazer cornetas para crianças:

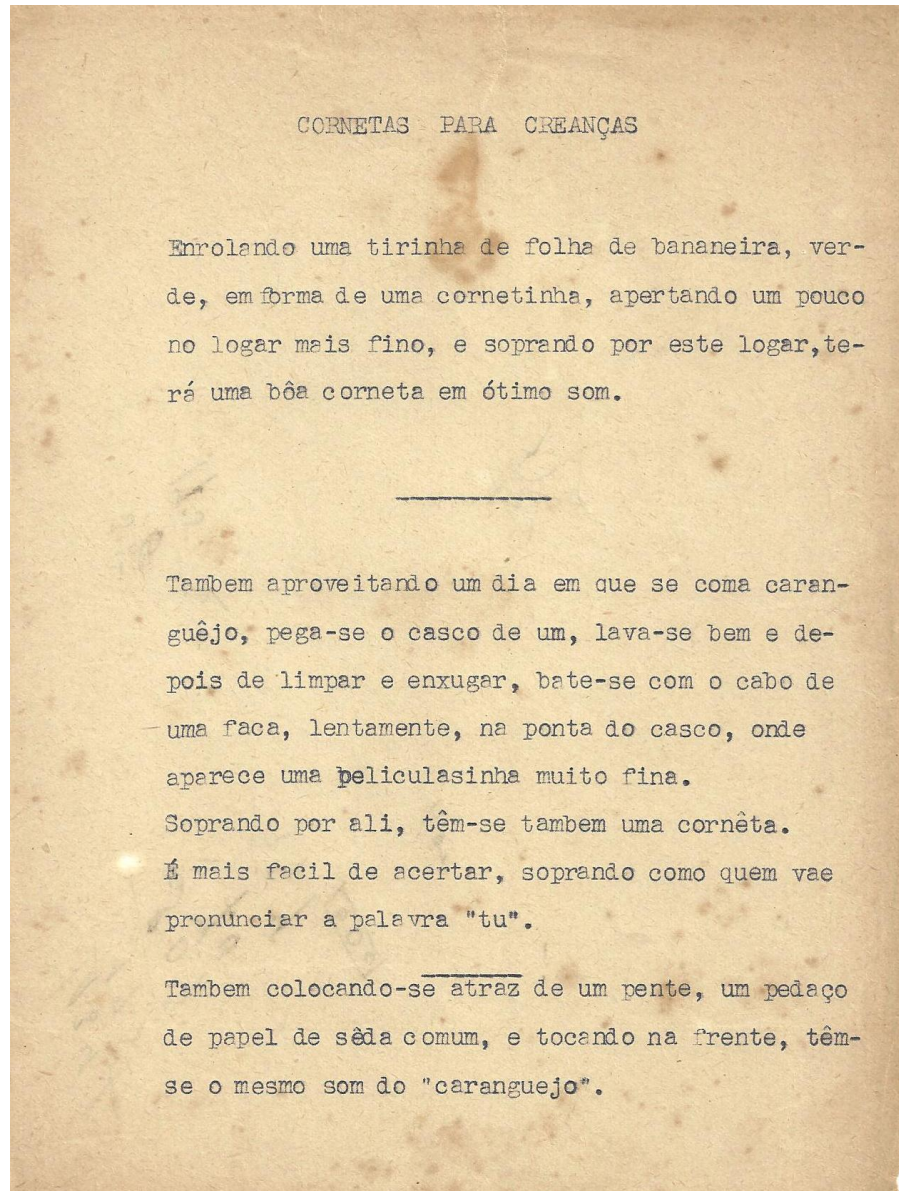


Ilustração 06: Corneta para crianças – Acervo de JSL

Por meio de seus manuscritos podemos constatar que o imaginário popular paraibano se enfatiza através do olhar de José Simeão Leal, ele parece organizar o mundo por entre suas memórias e escritos, tornando assim a cultura popular atemporal e cíclica. Com tal característica, não se pode perder de vista seus registros como artefatos informacionais que alimentam a memória individual e coletiva isto é corroborado pela ideia posta na revisão de literatura pelo pesquisador Terry Cook ao considerar que os arquivos pessoais e suas respectivas coleções são “templos da memória”, constituindo dessa forma um legado histórico, merecedor de homenagens e lembranças. É por meio dessas anotações que o referido intelectual torna-se fonte privilegiada na construção de uma identidade cultural paraibana, seus documentos resultam de suas articulações e formações lógicas, nem sempre

lineares, mas que traduzem e (re)contam os aspectos informacionais da cultura, criadas num tempo e espaço como bem nos explicou o autor José Luiz dos Santos (2006) em seus estudos sobre cultura popular. Temos em tais documentos expostos acima, José Simeão Leal como um bom observador e pesquisador etnográfico que busca descortinar os saberes e fazeres de seu povo paraibano, visando manter a guarda e salvaguarda das tradições populares de mãos dadas com sua produção cultural e memorial.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, percorremos as narrativas escritas de José Simeão Leal este que, por sua vez, ao buscar, coletar e descrever as práticas sociais e simbólicas da cultura popular paraibana, nos deixa um legado histórico sobre nossos ancestrais, em seu cotidiano e costumes populares. Nessa conjuntura, o referido pesquisador, por meio dos seus registros a respeito das tradições populares que observou em João Pessoa, bem como em alguns municípios do Estado da Paraíba, nos revela a sua forma intencional de querer manter vivas as memórias individuais e coletivas da sociedade paraibana. Seus escritos são importantes fontes de informação pois recontam o passado da cultura popular na Paraíba, sendo assim, com o tratamento, digitalização e análise dos inéditos de José Simeão Leal averiguamos o caráter Etnoantropológico conferido ao contexto de sua produção cultural.

Nesse movimento, configura-se uma relação de continuidade da cultura, de circularidade em um tempo-espaço marcado pelas investigações antropológicas de um coletor de peças, que procurava identificar como objetos de pesquisa etnológica, as identidades culturais locais e regionais, como: Nau Catarineta, os Congos, a Lapinha, as danças e religiões de matiz africanas, as Adivinhações, as Cantigas de roda, entre outras diversas tradições populares.

Nessa perspectiva, no decurso de análise das quatro pastas com os documentos sobre as manifestações culturais paraibanas, relatadas por José Simeão Leal, podemos destacar as seguintes: as brincadeiras populares infantis como, por exemplo, charadas e a forca, os adágios, provérbios e frases, adivinhações, práticas de feitiçaria, religião de matriz africana com ênfase na Jurema e no Catimbó, além de fragmentos de textos natalinos e autos. Dessa forma, podemos averiguar a relação de proximidade a qual o referido pesquisador sempre teve com sua terra, vindo todos os anos, em suas férias, recolher, anotar e buscar os vestígios e tradições de uma cultura da comunidade social na Paraíba como, por exemplo, no caso do segmento da religião de matriz africana, a Jurema, que Simeão Leal, encontrou em Alhandra, e que também descreve como Catimbó, sendo os rituais a serem feitos para “fazer o marido voltar para casa e abandonar a amasia”, além da descrição de quais objetos e instrumentos serão utilizados no ritual e sua posição na mesa. Também é observado pelo pesquisador, outra expressão popular variante, o “Boi Tungão”, canção popular na qual Simeão registrou em dois espaços geográficos diferentes, em João Pessoa e Guarabira. Sendo assim, é por meio desses fragmentos e marcas do passado, que podemos compreender um



pouco mais do fazer-registrar-salvar de Jose Simeão Leal que torna-se importante para não cairmos nos abismos dos esquecimentos, principalmente para a sociedade do Estado da Paraíba, confirmando a necessidade de preservar e dar visibilidade de seu acervo para a memória do Estado.

Percebemos o quanto se faz necessário trazer para o cenário acadêmico os vestígios, relíquias e testemunhos situados no conjunto documental de José Simeão Leal, tais manuscritos são resultado dos diferentes exercícios de memórias, do ato de recolher marcas, fragmentos e sinais, nos auxiliam a (re)conhecer e refletir sobre tais práticas culturais brasileiras e suas variantes sociais e culturais.

Em razão disso, estamos convencidos a respeito da notoriedade que José Simeão Leal dá à cultura, entendida sob uma perspectiva de transformação processual e de (re)encontro com a matriz identitária. Essa é uma forma de possibilitar novos diálogos na formação de saberes e conhecimentos, no campo da Arquivologia, fomentando novas perspectivas multidisciplinares, por meio do Arquivo Privado Pessoal de José Simeão Leal, mediante a diversidade de objetos, relatos informais, observações e, principalmente, de seu olhar etnológico no tocante à memória cultural paraibana. Assim, somos capazes de (res)significar concepções de cultura, memória e história.

## REFERÊNCIAS

- ARTIERCS, Philippc. **Arquivar a própria vida.** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FVG, 1998.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **Informações e Memória:** as relações na pesquisa. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 1 n. 2, p. 5-20, jul./dez. 2007.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia:** um guia para iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais.** E-mail para Zeny Duarte. 18 maio 1998.
- COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais:** para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo Imperfeito:** uma etnografia do arquivo. *MANA*, 10(2):287-322, 2004.
- BUNGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Henrique; PEIXOTO, Pedro Abreu. **Arquivos de família:** organização e descrição. Vila Real: Universidade de Trá-os-Montes e Alto Douro, 1996. 55p.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- HEYMANN, Luciana. **De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional":** reflexões acerca da produção de "legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
- KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** Teoria da Ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização, e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 1, p. 35-45, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória. Tese (Doutorado em Letras)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PACHECO, Leila S, **Informação enquanto artefato**. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun, p. 20-24, 1995.

PESTRE, Dominique. **Por uma nova história social e cultural das ciências**: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG-UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS. José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma ciência. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. 345p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando B. Malheiro et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. 254p. (Biblioteca das Ciências do Homem, Série Plural, 2).

SILVEIRA, Flavio L. A. de; LIMA FILHO, Manuel F. **Por uma antropologia do objeto documental**: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 37-50, 2005.

ZEMAN, Jíri. **O Significado Filosófico da Noção de Informação**. In: *O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea - Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p. 154-17.